

Informe Legislativo Municipal

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Interesse Geral da Indústria:

Trabalhista/ Responsabilidade Social

Foco: Proíbe o empregador público/privado de inquirir o empregado sobre sua vida pessoal.

Projeto de Lei nº 368/2017, de autoria do vereador Fernando William, que “Proíbe o empregador público ou privado de inquirir sobre a crença religiosa, orientação sexual, vida pessoal ou qualquer questão de foro íntimo do empregado”. Apresentado em 25/08/2017 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Trabalho e Emprego → e de Defesa dos Direitos Humanos.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/36a2df58bfbff2938325817c00730fe0?OpenDocument>

Responsabilidade Social

Foco: Segurança alimentar e nutricional – LOSAN-Rio

Projeto de Lei nº 367/2017, de autoria do vereador Renato Cinco, que “Dispõe sobre a lei orgânica de segurança alimentar e nutricional do município do Rio de Janeiro (LOSAN-RIO), que cria o sistema e a política de segurança alimentar e nutricional do município do rio de janeiro e dá outras providências”. Apresentado em 22/08/2017 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Defesa dos Direitos Humanos → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social → Educação → Ciência Tecnologia Comunicação e Informática → Assistência Social → Trabalho e Emprego → Meio Ambiente → Cultura → Direitos da Criança e do Adolescente → Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Link para acessar o PL.

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/d120b73f5f267bba8325817600715605?OpenDocument>

Interesse Geral:

Foco: Cadastro municipal para empresas de segurança privada e seus vigilantes

Projeto de Lei nº 365/2017, de autoria do vereador Marcelo Arar, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastro municipal para empresas de segurança privada e seus vigilantes e dá outras providências”. Apresentado em 21/08/2017 e distribuído as Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → Trabalho e Emprego → Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social → Defesa dos Direitos Humanos → Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Link para acessar o PL:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/e52bc5e04f37c2fc83258176005b7ad8?OpenDocument>

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Meio Ambiente

APROVADO na **Comissão de Assuntos Urbanos** o **parecer favorável** do relator, vereador Chiquinho Brazão, ao **Projeto de Lei nº 158/2017**, de autoria do vereador Carlos Caiado, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do processo de coleta seletiva de lixo nos geradores de lixo extraordinário no município do Rio de Janeiro e dá outras providências”.

Indústria da Construção

APROVADO na **Comissão de Assuntos Urbanos** o **parecer** do relator, vereador Chiquinho Brazão, à **emenda nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 116/2015**, de autoria do Prof. Célio Lupporelli, que “Torna obrigatória a existência de sistema de reuso de água nas novas edificações da cidade do Rio de Janeiro para a concessão do licenciamento da obra”. **Parecer favorável à emenda nº 1.**

Indústria da Confecção e Carimbo

APROVADO na **Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura** o **parecer favorável** do relator, vereador Jair da Mendes Gomes, ao **Projeto de Lei nº111/2017**, de autoria do vereador Chiquinho da Mangueira, que “Dispõe sobre a regulamentação da produção e comercialização de carimbos e propagandas profissionais e dá outras providências”.

Indústria Audiovisual

APROVADO na **Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura** o **parecer favorável** do relator, Val Ceasa, ao **Projeto de Lei nº 138/2017**, de autoria do vereador Jair da Mendes Junior, que “Determina o destombamento parcial do cinema Guaraci (Cine Guaraci), localizado no bairro de Rocha Miranda, na cidade do Rio de Janeiro, bem como autoriza a exploração comercial de seus espaços”.

Obs: Deferido, em 24/08/17, o Requerimento do autor, para que o PL seja incluído na pauta da ordem do dia semanal.

Interesse Geral

APROVADO na **Comissão de Trabalho e Emprego** o **parecer favorável** do relator, vereador Fernando Wiliam, ao **Projeto de Lei nº 90/2017**, de autoria do vereador Renato Cinco, que “Proíbe inquirir sobre a vida pessoal do candidato em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, clubes e afins e dá outras providências. ”

EMENDAS:

O vereador Chiquinho Brazão apresentou **emendas ao Projeto de Lei 268/2017**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a alíquota padrão do ITBI, promove alterações e inserções de dispositivos relativos a IPTU e TCL, inclusive na Planta Genérica de Valores – PGV de Imóveis, e dá outras providências”. Foram **nove emendas**, sendo duas aditivas e sete modificativas.

DESTAQUE**Aprovada em primeira discussão atualização de IPTU e ITBI**

A Câmara do Rio aprovou em primeira discussão, com 32 votos favoráveis e 18 contrários, nessa terça-feira (22), o **Projeto de Lei nº 268/2017**, de autoria do Poder Executivo, que promove alterações e inserções de dispositivos relativos ao IPTU e TCL, inclusive na planta genérica de valores - PGV de imóveis, e altera a alíquota padrão do ITBI. De acordo com o líder do governo, vereador **Paulo Messina** (PROS), haverá um Debate Público na segunda-feira (28) às 9h. A votação da segunda e última discussão está prevista para a quarta-feira (30).

Entre as justificativas apresentadas para a atualização dos valores está a defasagem em relação a outras capitais. O Rio de Janeiro aplica a mesma alíquota de 2% no ITBI desde 1988, enquanto outras capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Distrito Federal, Salvador e Recife, já praticam a alíquota ordinária de 3%.

Embora a valorização dos imóveis da cidade tenha superado a inflação nos últimos anos, o IPTU possui o mesmo valor há duas décadas, sendo somente atualizado monetariamente, enquanto cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Florianópolis já revisaram sua Planta de Valores.

Durante a sessão legislativa, o vereador **Chiquinho Brazão** (PMDB), presidente da Comissão Permanente de Assuntos Urbanos, informou que apresentou uma emenda para evitar o reajuste daqueles que já pagam o IPTU, aumentando a arrecadação por meio da inclusão de novos contribuintes. "Apenas 800 mil pagam o IPTU e aproximadamente 1, 1 milhão não pagam, são isentos. Por que penalizar os que já pagam?", afirmou o parlamentar.

Contrário ao aumento, o vereador **Cesar Maia** (DEM) afirmou não acreditar que a Prefeitura tenha problemas financeiros. "Aumentar o tributo no meio de um quadro recessivo é agravar essa recessão. Depois que chegar a conta, a taxa de inadimplência vai crescer. O mercado imobiliário está em crise, é nesse momento em que vai se aumentar o ITBI? O tributo se mexe quando o pagador é inelástico." No mesmo sentido, **Carlo Caiado** (DEM) lembrou que há inúmeras alternativas para

aumentar a arrecadação sem aumentar imposto, como por exemplo o programa Concilia Rio e o estímulo a novas construções de imóveis.

O vereador **Tarcísio Motta** (PSOL) afirmou que a planta de valores deveria seguir uma lógica de progressividade. "Os dados demonstram que nos imóveis entre 100 e 150 mil de valor venal, em torno de R\$ 400 mil, o aumento médio poderá chegar a 47%, enquanto os imóveis acima de R\$ 1 milhão terão aumento de 13%. Do jeito que está, este projeto vai gerar mais injustiça social para a cidade", afirmou.

Líder do governo, o vereador **Paulo Messina** (PROS) destacou que, no ano 2000, o IPTU representava 33% do total de receita da cidade, mas hoje caiu para 20%. "Ao longo dos anos, os imóveis foram tendo desconto por idade, que a cada ano equivale a 1%", justificou o parlamentar, acrescentando que atualmente há milhares de imóveis isentos em áreas nobres da cidade, como Av das Américas, Av Atlântica, Praia de Botafogo, Flamengo, Ipanema, Leblon e etc.

Obs: O PL retornou a pauta da ordem do dia 24/08, mas foi retirado de pauta a pedido do líder do governo, deputado Paulo Messiana.

Dia 28/08/2017, as 09h30 haverá Debate Público a fim de discutir o PL.

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do município do Estado do Rio de Janeiro.